

Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?

Cecília Maria Bouças Coimbra

Maria Livia do Nascimento

O presente trabalho pretende colocar em debate o conceito de sobreimplicação, proposto pela Análise Institucional, problematizando-o em relação à institucionalização de determinadas práticas. Esta ferramenta, desenvolvida por René Lourau nos anos 90 e ainda pouco conhecida no meio psi brasileiro, aponta para práticas onde a análise se faz de forma isolada, tomada num único nível, impossibilitando que outras dimensões se façam presentes. A sobreimplicação é a crença no sobretabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto.

Para realizar esse debate, alguns fios serão puxados, em especial aqueles que dizem respeito ao território dos direitos da criança e do adolescente, em nosso país. Nesse sentido, algumas questões presentes em dois estabelecimentos do Rio de Janeiro – Juizado da Infância e da Adolescência e Conselho Tutelar - serão aqui trazidas. Tal proposição se faz a partir de nossas experiências como supervisoras de estágio curricular[1] junto a esses dois estabelecimentos, onde temos desenvolvido uma proposta de intervenção socioanalítica que pretende colocar em análise as práticas/discursos que atravessam cotidianamente esses dois estabelecimentos e a nós também. Tentamos, assim, problematizar a produção de verdades presentes não só no espaço da universidade - em especial no curso de formação de psicólogos -, como também as que se encontram nesses dois estabelecimentos citados. Buscamos, portanto, estranhar e desnaturalizar determinados modelos como os de criança, adolescente, família, proteção dentre outros, apostando na produção/fortalecimento de espaços coletivos de discussão.

Na realização desses trabalhos de intervenção utilizamos algumas ferramentas advindas das contribuições de Michel Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze e, em especial, da Análise Institucional francesa. Segundo proposta trazida por Lourau (1975: 15) fazer uma intervenção significa, dentre outras coisas, “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções...”. Ou seja, estranhar e mesmo questionar a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos e dos sujeitos que estão no mundo. Ao mesmo tempo, afirmar as multiplicidades, as diferenças, a potencialidade dos encontros que são sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos e sujeitos[2].

Nessas atuações vários questionamentos foram se fazendo e as análises realizadas suscitaram como hipótese de trabalho a idéia de que a sobreimplicação poderia estar presente, favorecendo processos de institucionalização de determinadas práticas/discursos, dificultando assim, em alguns momentos, transformações que poderiam estar se produzindo nos diferentes grupos.

Para pensar tais questões, propomo-nos neste artigo a problematizar, inicialmente, as ferramentas “análise de implicações” e “sobreimplicação” para que possamos visibilizar alguns dispositivos que poderiam estar contribuindo em sua produção/fortalecimento, como as situações-limite no atendimento a uma enorme demanda, quando se forjam as urgências, as necessidades de se solucionar rápida e competentemente os casos que chegam até nós e a esses estabelecimentos. Apontaremos a presença de dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Ambos, em muitos momentos, impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente, podendo estar afirmando, assim, um certo ativismo. Tal funcionamento atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, onde o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito e onde a flexibilização das tarefas torna-se uma obrigatoriedade. Ao final, pensamos apontar alguns efeitos dessas práticas de sobreimplicação que, ao impedirem a análise, podem estar contribuindo para a fragilização dos espaços coletivos de discussão com a reificação “do modo-de-ser-indivíduo”[3] e o fortalecimento da institucionalização de determinadas práticas.

No momento em que estamos promovendo essas diferentes análises nos espaços apontados, não podemos deixar de nos incluir no processo. Na universidade, onde trabalhamos como docentes e pesquisadoras, da mesma forma, cada vez mais tem se instalado o território da urgência, do acúmulo de tarefas, do especialismo, do individualismo bem de acordo com as propostas do atual mundo neo-liberal globalizado.

Pensar, portanto, as práticas de sobreimplicação daqueles que atuam no Juizado da Infância e da Juventude e no Conselho Tutelar é pensar também as nossas práticas sobreimplicadas na universidade, é pensar a dificuldade de se perceber a indissolubilidade desses dois momentos de análise, que se atravessam e se constituem.

Caminhando no campo das implicações

Em 1993, René Lourau esteve no Brasil. Naquela ocasião, nos perguntou: “Qual é o escândalo da Análise Institucional?”, para em seguida responder: “Talvez o de propor a noção de implicação”[4]. Tal fala nos aponta a possibilidade do caráter instituinte e revolucionário desse conceito, que afirma a necessidade de se analisar os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais de qualquer pesquisador. Em seus escritos René Lourau procurou ligar o conceito de implicação ao de institucionalização, buscando problematizar as condições de

possibilidade em que se dão os discursos/práticas dos sujeitos. A implicação aparece, inicialmente, associada ao conceito de contra-transferência institucional, já ampliado da noção de contra-transferência freudiana. A ferramenta “análise de implicações” supõe, dentre outras, as análises transferenciais daqueles que fazem parte da intervenção, a análise de todos os atravessamentos ali presentes (sexo, idade, raça, posição sócio-econômica, crenças, formação profissional, dentre outros) e a análise das produções sócio-culturais, políticas e econômicas que atravessam esse mesmo estabelecimento e que também constituem os sujeitos que dele participam.

Assim, Lourau (1983) nos apresenta um quadro dessas diferentes implicações. A que estabelecemos, enquanto pesquisadores, com nosso objeto de pesquisa, com a instituição pesquisa ou outra instituição qualquer presente em nossa equipe de trabalho; as referentes às demandas sociais que nos chegam; as relativas aos nossos próprios pertencimentos sociais, políticos, econômicos, profissionais, libidinais e históricos e as implicações com nossas próprias produções acadêmicas, dentre outras. O paradigma da implicação permite mostrar as diferentes forças presentes em nosso campo de atuação, fazendo, em muitos momentos, emergir acontecimentos e propiciando análises.

A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções. Dentro de uma visão positivista que afirma a objetividade e a neutralidade do pesquisador, as propostas da Análise Institucional tornam-se, efetivamente, uma subversão. Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam é romper com a lógica racionalista presente no pensamento ocidental e, em especial, na academia. No momento em que pretendemos entender as gêneses e os funcionamentos dessas diferentes instituições[5] que nos atravessam e nos constituem, em especial as instituições da pesquisa, da elaboração de um artigo, da competência técnico-acadêmica, estamos criando possibilidades para a emergência de outras formas de pensamento/ação. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa de ser bem sucedida. Ou seja, é como Lourau (1993:51) afirma: falar dessa ferramenta é também “... falar de algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra. Essas coisas seriam as comumente silenciadas, faladas apenas em corredores, cafés, ou na intimidade do casal.”

É importante diferenciarmos implicação de engajamento ou participação. Lourau (1990) a isso se refere quando compara atividades desenvolvidas por duas diferentes pessoas. Uma que possui uma intensa participação em diferentes grupos organizados e outra com uma prática menos participativa. Não se pode dizer que a primeira seja mais implicada do que a segunda. Ela é apenas mais engajada. Até porque implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, um ato voluntário. Ela encontra-se no mundo, pois é uma relação que sempre estabelecemos com as diferentes instituições. Por isso, a Análise Institucional fala de análise de implicações e não apenas de implicação.

Colocar em prática a utilização de tal ferramenta nos

“... remete a um processo de desnaturalização permanente das instituições, incluindo a própria instituição da análise e da pesquisa (...) Ela inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa, que busca ocupar e do que lhe é designado ocupar com os riscos que isto implica.” (Barros, 1994: 308-309).

É preciso destacar o artigo “Implication et surimplication” (1990)[6], pois é nele que René Lourau trabalha, mais detalhadamente, a noção de sobreimplicação. Discutindo a gênese do conceito de implicação e seus diferentes usos epistemológicos, sociológicos e psicológicos, apresenta a sobreimplicação como uma derivada desse conceito. Como vimos, a implicação é um nó de relações sempre presente no campo de qualquer pesquisa-intervenção. O que interessa à Análise Institucional é a análise de implicações, as pertenças, as referências, as motivações, os investimentos libidinais sempre produzidos nos encontros, nas relações, na história. O que define a sobreimplicação é, ao contrário, uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas.

Alguns dispositivos da sobreimplicação

A partir de nossas experiências como supervisoras de estágio apontaremos aqui dois dispositivos que consideramos têm, em certos momentos, alimentado algumas práticas de sobreimplicação: questões relativas ao acúmulo de tarefas e à rapidez em dar respostas competentes tecnicamente.

Essa escolha é também atravessada pelo momento que vivemos na universidade brasileira, pelos avanços da globalização neo-liberal em nosso país e pela nova ordem mundial que vem se instalando. Acrescente-se a isso a afirmação do Estado Mínimo, a falta de políticas públicas efetivas, a “marginalização impiedosa dos excluídos do trabalho”[7], o fortalecimento do paradigma da insegurança e do medo[8], a compressão tempo-espço, “a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, valores e práticas estabelecidas”, a imposição de uma “sociedade do descarte”[9], os discursos sobre eficiência, leis do mercado, competitividade, privatizações, livre comércio. . .

Nesse quadro, uma primeira questão pode ser enunciada: por que tanto no Juizado da Infância e da Juventude, quanto no Conselho Tutelar a demanda é tão grande, vertiginosamente, gerando não só um acúmulo de tarefas para os técnicos, como também uma exigência de flexibilização de suas práticas? As demandas que chegam a esses dois estabelecimentos vêm acompanhadas de uma maior institucionalização de suas estruturas, notando-se que seus

dispositivos e procedimentos também vão se cristalizando. São elas extremamente volumosas e avassaladoras, preenchendo todo o tempo dos conselheiros e técnicos. Presos a situações-limite têm que atender um volume enorme de pessoas, o que exige diferentes conhecimentos, movimentos e decisões.

O próprio funcionamento de uma sociedade neo-liberal tem produzido uma população desassistida que, pela falta de políticas públicas eficazes, em especial as vinculadas aos direitos da criança e do adolescente e de serviços aos quais recorrer, tem engrossado a procura por profissionais que acreditam poder resolver seus problemas. Essas pessoas chegam a esses estabelecimentos, enviadas por diferentes autoridades ou mesmo por iniciativa própria, visto existir uma produção competente sobre as famílias, em especial a pobre, no sentido de torná-las incapazes de cuidar de seus filhos sem a tutela do Estado[10]. Tem sido a partir dessa lógica, criadora de demandas, que tem aportado, tanto no Juizado como no Conselho Tutelar, um número grande de pessoas. Por exemplo, muitas famílias têm sido encaminhadas por escolas da rede pública ao Conselho Tutelar devido às “dificuldades de aprendizagem” apresentadas por seus filhos. Por que um órgão que tem como função atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente vem sendo acionado para resolver tal questão? Terão os conselheiros de possuir, então, conhecimentos suficientes para atender tal demanda? Deverão se tornar tão flexíveis, a ponto de poderem entender e opinar sobre as práticas do cotidiano escolar, sobretudo aquelas que produzem o chamado fracasso? O que fazer com essas crianças que chegam e com suas famílias? Continuar na eterna prática de individualizar o problema, enviando-os para algum tipo de tratamento?

Ou seja, o mundo contemporâneo exige dos chamados peritos que trabalhem em muitas frentes e em campos os mais diferentes, respondendo às mais variadas questões ao mesmo tempo. Sempre se estaria, portanto, precisando de um aprimoramento técnico, de uma atualização. Os chamados cursos de capacitação, os treinamentos conteriam toda a verdade que os profissionais precisariam para a solução dos problemas que lhes chegam. Esse profissional estaria sempre na falta; seria necessário treiná-lo para que se tornasse capaz. Produz-se sua carência e fragilização, pois segundo Rolnik (1989:109,110).

“quanto maior [sua] desorientação, maior a vulnerabilidade a se deixar capturar pelo amparo que as centrais de distribuição de sentido e valor oferecem, investindo-o de um suposto saber (...) ele vai sendo cada vez mais desconsiderado. Por sua vez, mais enfraquecida fica a potência de criação do desejo, mais intimidado e amortecido o gesto criador. Mais se acentua a desorientação. E quanto maior a desorientação...”.

Um dos processos que se intensifica nas pessoas é o da carência, da falta permanente, muitas vezes atribuída à ausência de informações, de uma formação competente. Esta sempre estará preocupada e priorizando as técnicas: o que se faz, como se faz e nunca para que se faz.

Entendemos que a abertura e a flexibilidade para novos conhecimentos, novos entendimentos do mundo são fundamentais para qualquer profissional. Entretanto, o que estamos apontando é a falácia de muitas capacitações, que trazem em suas propostas um modelo hegemônico que busca regularidade e constantes, que acredita na existência de uma essência do que vem a ser um

bom e competente técnico, que busca uma verdade única. Para Harvey (1993: 263), nesta sociedade de “acumulação flexível de capital” “quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir”.

Ao lado disso, funciona-se na lógica do “jogar no lixo”, arquivar determinados modelos que não servem mais, inaugurando-se outros mais eficazes e atuais.

“Volta-se para a produção diversificada, atendendo às exigências imediatas de um modo de consumo mais individualizado e tendo que se envolver mais com todo o processo produtivo, tornando-se polivalente. Uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho, acelerando o tempo de trabalho e evitando as atividades improdutivas (...). Habilidades e requisitos que correspondam às transformações tecnológicas e que exijam uma atualização constante do trabalhador, deixam de fora aqueles que não se encaixam nestas exigências (...). Não se trata de condenar a qualificação, visto que sem ela as condições de empregabilidade seriam piores, mas alertar para o fato da exigência de que só se qualificar não basta para garantir o emprego, porque muitas outras exigências são requeridas e muitas vezes não explicitadas” (Dreux, 2001:53,54,55).

Um segundo dispositivo, não desvinculado do primeiro, liga-se ao que estamos chamando de produção de uma certa urgência. Por que esta necessidade imposta aos técnicos de, em um curto espaço de tempo, dar respostas entendidas como eficientes, solucionadoras dos problemas apresentados?

A rapidez, a velocidade e a aceleração dominam o mundo atual. Não nos permitem e não nos permitimos perder tempo. Isso faz com que, de um modo geral, as relações e os encontros se dêem de forma apressada, superficial, emergencial, levando a situações de pouco acolhimento e solidariedade, onde o coletivo vai sendo esvaziado. As práticas que não dizem respeito diretamente à produção exigida para um determinado profissional são desqualificadas, consideradas supérfluas. A urgência invadiu nossas vidas e nos são exigidas ações imediatas e instantâneas. Esse “reinado do tempo curto” [11] tem seus efeitos. Produz-se um novo tipo de sujeito, flexível, apressado, colado às exigências do instante, onde o culto à velocidade liga-se à performance, à rentabilidade, à competência[12].

A lógica econômica e tecnológica que se impõe é a do mercado que, apoiando-se na revolução da informática e das telecomunicações, traz o instantâneo como única forma de expressão. Essa lógica de mercado obriga a uma temporalidade específica, a uma urgência generalizada, a uma exigência de respostas imediatas. Assim, os ritmos dos trabalhos no cotidiano têm sido afetados pela dinâmica do mercado financeiro que diz que é “ganhando tempo que se ganha novos mercados” (Aubert, 2003:38). Impõe-se, então, aos sujeitos a necessidade de acelerar suas tarefas, seu tempo, pois só assim sobreviverá ao ritmo imposto pelo rendimento máximo.

Tais imposições levam a um ativismo[13]. Este como qualquer atividade especializada, praticada por um expert, é entendido como um exercício de verdade. O ativista passa a perceber-se como uma espécie de privilegiado, como estando mais avançado do que os outros. Aparentemente paradoxal à produção já citada por Rolnik da “síndrome da carência-captura”, esta prática de onipotência caminha junto com as outras, de fragilização e de desqualificação do profissional. O ativista, em muitos momentos, a partir de seu território iluminado, estaria trabalhando no sentido de beneficiar outras pessoas, assumindo a responsabilidade por tudo. Dessa forma, passa a carregar sobre seus próprios ombros todas as soluções, sentindo-se dominado pela culpa, pela obrigação, pelo sacrifício.

Nossas experiências de estágio vêm apontando, em alguns momentos, para uma produção de culpa nos profissionais quando não conseguem resolver um grande número de casos no tempo que lhes vem sendo exigido. Muitas vezes, a impossibilidade de atender às famílias passa a ser percebida não apenas como da responsabilidade do Estado e da falta de políticas públicas eficazes na área da criança e do adolescente, mas também, como uma falta de engajamento e/ou incapacidade do profissional para resolver com sucesso certos problemas. Tal prática sobreimplicada, ao mesmo tempo em que desconsidera a falência dos projetos e das políticas públicas em vigor, acentua o “modo-de-ser-indivíduo”, ao impor ao profissional uma solução individual. Com isso, alimentam-se e fortalecem-se subjetividades onipotentes, faltosas e culpabilizadas e naturaliza-se a “síndrome da carência-captura”, que nos fala de uma “angústia sempre pairando no ar”, “do medo de fracassar”, “de um estado de fragilidade permanente”. Ao mesmo tempo, fortalecem-se a onipotência e arrogância do ativista que, por se julgar iluminado, culpa-se, entendendo que tem obrigação de chegar à resolução do problema.

Presos nessas camisas de força os profissionais, em muitos momentos, não dispõem de tempo para pensar e colocar em análise suas práticas. Os espaços coletivos de discussão vão se esvaziando, cada vez mais se tornam difíceis de sustentar, de serem mantidos. A falta de tempo, a urgência domina tudo e a todos, produzindo uma perda na capacidade de potencializar os encontros. As circunstâncias vividas podem trazer uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas.

Por outro lado, se não consideramos a sobreimplicação como tendo uma essência que sempre estaria dificultando a análise de implicações, podemos pensá-la de forma múltipla e, mesmo, paradoxal. Sada (2003) a isso se refere quando afirma que o “sobretabalho” pode também produzir profundo prazer a quem o executa. Traz como exemplo a militância que, em muitos momentos, reveste-se de um caráter sobreimplicado, mas também traz o prazer, a alegria, a afecção, a transformação.

Não foi nossa pretensão, portanto, colocar essências negativas e/ou positivas nas práticas sobreimplicadas, mas assinalar que elas podem estar naturalmente produzindo alguns efeitos que não têm sido objetos de nossas análises. Se entendermos que a sobreimplicação não é uma questão pessoal/individual, que sempre aponta para o lugar que normal e naturalmente ocupamos e que é atravessada/constituída pela e na história, poderemos pensá-la como múltipla e, mesmo, paradoxal.

Segundo uma leitura deleuziana, que aponta para as diferentes linhas presentes no mundo, será que podemos considerar a sobreimplicação como percorrendo a chamada linha de segmentaridade dura ou molar, que trabalha, principalmente, com a macropolítica, os instituídos, a homogeneidade e a binarização? Na contemporaneidade a sobreimplicação tem feito parte do mundo globalizado. Em se estando sobreimplicado como perceber e se agenciar com as outras duas linhas que atuam na micropolítica? Será que podemos considerar as ferramentas com as quais trabalhamos como percorrendo a segunda linha proposta por Deleuze (1996, 1998), a dos devires, dos micro-devires, da flexibilidade, dos contínuos de intensidade? Será que podemos, através dessas ferramentas, potencializar nossas práticas cotidianas, estar alertas a elas, agenciando-nos e potencializando as linhas de fuga, terceira linha indicada por Deleuze, como sendo a explosão das duas anteriores, que alcança uma espécie de desterritorialização absoluta?

Este autor, sobre a primeira linha, nos alerta: "... seria fácil demais dizer: "essa linha é ruim", pois vocês a encontrarão por toda a parte e em todas as outras". Não é, portanto, fugir ou evitar a sobreimplicação; é constantemente colocá-la em análise. Ela, como as linhas apontadas por Deleuze, está no mundo, constituindo campos de forças em luta. Abbês e Coimbra (2002: 43) nos dizem que essas forças "vêm de todos os lugares" e que "para captar seus traçados e riscos é preciso que alarguemos e refaçamos, a cada momento, nossos horizontes de escuta e sensibilidade para as formações do desejo no campo social".

E nós, na Universidade?

"Nas universidades, o que prevalece é o modelo de administração eficiente, capaz de gerar seus próprios recursos estabelecendo nexos cada vez mais profundos com o mercado e a corrida tecnológica. A eficácia do desempenho é medida em termos de sucessos estatísticos, de capitais, produtividade e visibilidade, todos conversíveis em valores de marketing para atrair novas parcerias, dotações e investimentos"(Nicolau Sevcenko)

Com o avanço do neo-liberalismo, em especial na universidade pública brasileira, vive-se uma realidade onde os vários centros, institutos e departamentos se degladiam ferozmente pelas verbas repassadas em migalhas e vindas como esmolas. As equipes, os professores e alunos competem uns com os outros pelos, cada vez mais, escassos financiamentos[14].

Para Sevcenko (2000:7) o professor ideal hoje é um “híbrido de cientista e corretor de valores”. Seu tempo na universidade tem sido dedicado ininterruptamente a fazer relatórios, levantar estatísticas, solicitar verbas, mostrar suas produções, procurando dar visibilidade a si e à sua equipe de trabalho. Como uma empresa capitalista, a universidade hoje aumenta abusivamente as obrigações burocráticas dos professores e se rege pela lógica do mercado, onde a flexibilização se impõe, a produtividade é tudo e o tempo é dinheiro.

Tal funcionamento, em muitos momentos, nos tem levado a práticas sobreimplicadas, onde o individualismo se faz presente, as parcerias e alianças se fragilizam e se esvaziam os espaços coletivos de discussão. Pretendemos em nossos projetos de intervenção no Juizado da Infância e da Juventude e no Conselho Tutelar fortalecer territórios onde as análises de implicações tenham lugar, onde as parcerias e alianças sejam constantes. Entretanto, em nosso cotidiano universitário nos deixamos levar, muitas vezes, pelo vendaval das urgências, do acúmulo de tarefas, do ativismo, do sobretrabalho.

Pensar essa realidade como algo que pode ser mudado é um constante desafio. Inventar formas de superar o “modo-de-ser-indivíduo” e, apesar das exigências que nos têm sido impostas, conseguir fomentar redes de parcerias, de debates, de análises tem sido uma de nossas preocupações. Afirmar esses escapes é, sem dúvida, estar atento às linhas de fuga, que estão no mundo e que, muitas vezes, microscópicas e, mesmo, invisíveis, estão produzindo/criando outras realidades. É como, na imagem trazida por Deleuze(1996), um pequeno riacho que, embora pouco profundo e volumoso, vai se abrindo, se expandindo, podendo colocar em risco os instituídos, o “plano de organização”. É aliando-nos, em alguns momentos, a essas derivas, fortalecendo essas linhas de fuga que poderemos, quem sabe, mesmo na camisa de força da academia, produzir algumas rupturas.

Em nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão temos experimentado, muitas vezes, a angústia, o isolamento, a pressão pela produção, a urgência dos relatórios e preenchimentos burocráticos. Entretanto, apesar disso, conseguimos embarcar em viagens, em derivas, muitas vezes, impensadas, consideradas mesmo como impossíveis dentro da atual estrutura universitária. Neste sentido, recentemente realizamos um trabalho de restituição - que poderíamos caracterizar como percorrendo a segunda linha molecular, mais maleável e de segmentaridade flexível - que produziram intensas e fecundas parcerias. Esse trabalho não só colocou em análise nossas implicações e nossas práticas de sobreimplicação, como também nos apontou possibilidades de fluxos, forças e movimentos que sequer supúnhamos existir em nós, na universidade e nos estabelecimentos onde ocorrem os estágios.

A restituição, para a Análise Institucional, não é uma simples técnica de devolução da pesquisa e/ou intervenção realizada. É, antes de tudo, um dispositivo sócio-analítico que dá destaque aos movimentos e acontecimentos geralmente excluídos e desqualificados e que entende os chamados objetos da pesquisa/intervenção como sujeitos constitutivos desses processos. Esse dispositivo permite colocar em análise as implicações e sobreimplicações de todos os participantes desses trabalhos e, ao desnaturalizar o sagrado lugar do especialista, possibilita a desconstrução da concepção positivista de neutralidade científica, privilegiando o aspecto político de toda e qualquer prática[15]. Foi com sua utilização que o relatório final de nossa pesquisa saiu dos estreitos limites de nossa equipe e transformou-se em uma escrita mais coletiva, envolvendo também os sujeitos pesquisados[16].

A experiência de restituição vivida em nosso trabalho de pesquisa nos possibilitou vislumbrar a riqueza desse dispositivo e trazê-lo para o espaço da supervisão dos estágios que realizamos. Esse acontecimento apontou para a possibilidade de fortalecimento das parcerias, de alianças e redes.

Desse modo, pensamos que a restituição pode ser uma interessante ferramenta para expor e analisar algumas práticas sobreimplicadas. A associação desses dois conceitos - restituição e sobreimplicação - aponta, também, para o fato de que a discussão das ferramentas da Análise Institucional não pode ser feita em separado. Assim sendo, a de sobreimplicação deve ser pensada em estreita conexão com a relação instituído/instituente e com a análise da demanda. O profissional sobreimplicado responde a uma demanda instituída, ocupa um lugar que lhe foi designado. Sua forma de perceber o que deve fazer no dia a dia se dá numa situação que produz urgência, ao mesmo tempo em que é atravessado pela ilusão participacionista, pela esperança depositada em seus ombros. A estratégia de pensar a sobreimplicação como uma construção histórica, onde todas estas questões estão presentes e possíveis de serem mudadas, afirma uma proposta que aposta também nas linhas de fuga, na possibilidade de experimentar, transformando a nós e ao mundo.

Bibliografia

ABBES, C.E.B.N. e COIMBRA, C. M.B. Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa in NASCIMENTO, M.L. PIVETES : A produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/ Intertexto, 2002.

AUBERT, N. Le Culte de l'Urgence, Paris: Flammarion, 2003.

ALTOÉ, S. (org.) René Lourau: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, R.D.B. Grupos: a afirmação de um simulacro, São Paulo, Tese de doutorado em Psicologia Clínica, PUC, 1994.

COIMBRA, C. M.B. Tensão e/ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Notas Introdutórias in Psicologia e Sociedade. 16, n.1, 2004, 86-97.

DELEUZE, G. E GUATTARI, F. Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, G. e PARNET, C. Diálogos, São Paulo: Escuta, 1998.

DREUX, M. Analítica do vocacional: percursos e derivas de uma intervenção, Niterói, Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2001.

FORRESTER, V. O horror econômico São Paulo: UNESP, 1997.

HARVEY, D. A condição pós-moderna, São Paulo: Loyolla, 1993.

LOURAU, R. Genèse du concept d'implication in Revista POUR, n. 88, Paris, 1983

LOURAU, R. Implication et surimplication in Revue du MAUSS, n. 10, 1988.

LOURAU, R. Análise Institucional e práticas de pesquisa, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

PEGORARO, J.S. El controle social y el paradigma de la inseguridad in ETIEM Crime, culpa y castigo, Buenos Aires, publicación de psicoanálisis y psiquiatria, no. 2, 1996, 75-87.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo, São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SADA, D. Entrevista realizada em 29/04/2003, mimeo.

SENNETT, R. A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo Capitalismo, Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVCENKO, N. O professor como corretor in Folha de São Paulo – Caderno MAIS, 04/06/2000

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história in Cadernos da UNB, Brasília: Editora da UNB, 1982.

[1] Os estágios curriculares aqui mencionados iniciaram-se em 1994 no Juizado da Infância e Juventude, e em 2001, no Conselho Tutelar. Os Conselhos Tutelares e os atuais Juizados da Infância e da Juventude emergem com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, no bojo de fortes movimentos sociais que aconteciam naquele momento no Brasil. Embora, por lei, o Conselho Tutelar seja um órgão não jurisdicional, cujos cinco conselheiros são eleitos, na prática temos observado que, atualmente, o funcionamento desses dois estabelecimentos, tão diversos em suas emergências, por vezes vêm percorrendo caminhos muito semelhantes, já que, em alguns momentos, alguns conselheiros vêm atuando como se fossem juizes.

[2] Sobre o assunto consultar Paul Veyne (1982)

[3] Termo utilizado por Barros (1994)

[4] As palestras que proferiu naquele momento foram mais tarde publicadas sob o título de “Análise Institucional e Práticas de Pesquisa” (Lourau, 1993).

[5] Instituições, para a Análise Institucional, dizem respeito às relações e campos de forças instituídos e produzidos como naturais que se opõem a outros campos de forças instituintes. Assim, “toda instituição é criação, isto é, toda sociedade, num determinado momento histórico-político, institui certas formas de existir, porque cria, inventa, faz confluir alguns movimentos ou transforma outros já existentes. Ao instituir formas a sociedade se articula em torno de redes de saberes-poderes que dependendo das forças que a elas estejam aliadas, as farão vingar ou não. Toda instituição se produz, portanto, num campo de forças, num campo de tensão entre movimentos instituintes e instituídos (...). As instituições são como estátuas de areia: mostram-se estáticas e desestorizadas, mas os grãos que as compõem estão, ainda que imperceptivelmente, se movimentando, os fluxos não param de se agitar, o mar está ali adiante podendo, a qualquer momento levar os grãos de areia que compõem essas estátuas, fazendo com que elas desapareçam” (Barros, 1994:148-149)

[6] Esse texto se encontra traduzido, tendo sido publicado no livro “René Lourau: analista institucional em tempo integral”, organizado por Altoé (2004).

[7] Sobre o assunto ver Forrester (1997)

[8] Sobre o assunto ver Pegoraro (1996)

[9] Sobre o assunto ver David Harvey (1993)

[10] Em uma das Varas do Juizado da Infância e da Juventude da cidade do Rio de Janeiro, por ordem do Juiz, foi instituída a frequência a uma escola de pais. Nela, aqueles cujos filhos encontram-se abrigados, a partir de denúncias de negligência ou maus-tratos, devem participar de reuniões periódicas. Ali eles aprenderão com diferentes técnicos a cuidar de seus filhos, condição necessária para retirá-los dos abrigos em que se encontram, podendo manter o poder familiar (antigo pátrio poder).

[11] Expressão utilizada por Nicole Aubert (2003).

[12] Sobre o assunto consultar também, além de Nicole Aubert (2003), Richard Sennett (1999).

[13] Expressão retirada de Lourau (1990). Segundo nossa interpretação, significa um fazer contínuo que beira uma atividade compulsiva, sem nenhuma produtividade.

[14] Sobre o assunto consultar Coimbra (2004).

[15] Sobre a importância do dispositivo restituição consultar Lourau (1993)

[16] A pesquisa aqui referida, "Trajetórias do Encontro entre a Psicologia e o Judiciário", realizada em 2002/2003, dentro do Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Território de Exclusão Social (PIVETES), objetivava visibilizar, através de entrevistas com psicólogos que trabalham na Justiça da Infância e da Juventude, algumas práticas psi hegemônicas e instituídas no contexto do especialismo Psicologia Jurídica no Rio de Janeiro.